

De: Advocacia Setorial

Para: Gabinete Sictec

Assunto: Aquisição de Notebook

Processo: 87961893

Data: 18/08/21

Parecer 34/2021

Memorando 37/21 da Gerência de Assistência Técnica pedindo a aquisição de 01 (um) notebook, com mochila e mouse, para otimização dos trabalhos desenvolvidos no Gabinete do Prefeito, que opta pela dispensa de licitação nos termos do artigo 75, II da Lei 1433/21, estando autorizada pelo Secretário da Sictec, fl. 03.

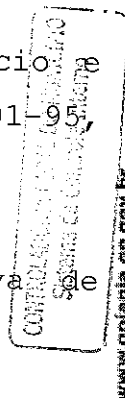
Termo de referência, que opta pela dispensa de licitação nos termos do artigo 75, II da Lei 1433/21, fls. 04/07.

Orçamentos das empresas Hightech Comércio e Serviços em Equipamentos de Escritório Ltda., Cnpj 06047382/0001-95, no valor total de R\$11.836,00, Rede Informática Ltda., de R\$12.229,00, e Genesys Distribuição, Cnpj 24971044/0001-27, de R\$12.294,00, fls. 08/10 e 36/37.

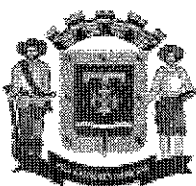
Documentos e certidões negativas da Hightech Comércio e Serviços em Equipamentos de Escritório Ltda., Cnpj 06047382/0001-95, fls. 11/21.

Pedido de compra 50/21, mapa de preços, estimativa de preços e nota de pré-empenho, fls. 22/26.

Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal)
Av. do Cerrado, 999 - Bloco B - SICTEC
Park Lozandes, Goiânia - GO CEP.: 74.884-900
Fone: 55 62 3524-3877 | e-mail: gabinete.sictec@gmail.com



[Handwritten signature]



Declaração de compatibilidade de preços e planilha de preços, fls. 27/28.

Decreto 3751/21, fls. 29/30.

Solicitações financeiras ns. 94772/21, de R\$11.560,00, e 94782/21, de R\$276,00, fls. 31/32.

Declaração da Gerência de Apoio Administrativo atestando que não tem no estoque o notebook, fl. 33.

Declaração da Gerência de Compras e Suprimentos atestando que não foi encontrada ata de registro de preços do Município para o notebook, fl. 34.

Justificativa da escolha do fornecedor emitida pela Gerência de Compras e Suprimentos, fl. 35.

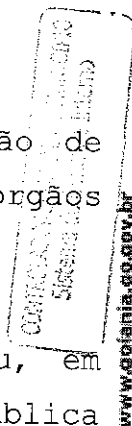
Relatado.

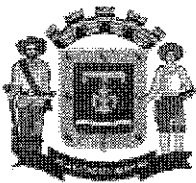
Fundamento.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme artigo 37 da CF.

O artigo 37, XXI da CF estabelece que a contratação de obras, serviços, compras e alienações a ser feita por órgãos públicos, deve ser precedida, em regra, por licitação.

O Decreto 3751/21 do Município de Goiânia autorizou, em caráter transitório, os órgãos e entidades da administração pública





municipal do Poder Executivo a autuação e tramitação de processo, por meio físico, de dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do artigo 19 da Lei Complementar 335/21, no âmbito do Município de Goiânia, fls. 29/30.

Também, dizem os artigos 2º e 3º do Decreto acima, fls. 29/30:

Art. 2º O processo de dispensa de licitação em razão do valor, de que tratam os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993 ou incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá ser devidamente autuado, protocolado, numerado e conter a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

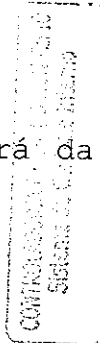
Art. 3º O titular dos órgãos e entidades da administração pública poderá, durante o interstício temporal compreendido entre 1º de abril de 2021 e 1º de abril de 2023, expressamente, optar entre:

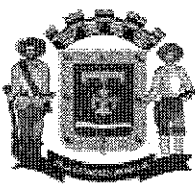
I - adotar o regime antigo de dispensa de licitação, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 1993; ou

II - adotar o regime novo de dispensa de licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º O limite aplicável à contratação direta dependerá da legislação escolhida.

Pois bem.





42

Um, conforme autorizo do Secretário, bem como o contido no Memorando 37/21 e Termo de Referência, a Sictec, na presente aquisição, existe a opção pelo regime novo de dispensa de licitação, fls. 03/07,

A Lei 14133/21 permitiu, durante os próximos dois anos, que a Administração possa optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com a nova lei ou de acordo com as leis anteriores, devendo a opção ser indicada expressamente no edital, aviso ou instrumento de contratação direta, conforme exigência do artigo 191 da Lei 14133/21.

Dois, o artigo 72 da Lei 14133/21 regula:

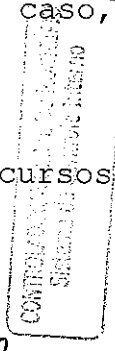
Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

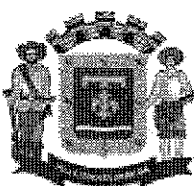
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;



[Handwritten signature]

www.goiania.go.gov.br



V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

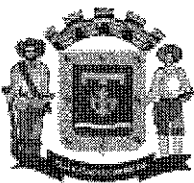
VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Ponto.

Três, a Declaração da Gerência de Apoio Administrativo atesta que não tem no estoque o notebook, fl. 33, bem como a Gerência de Compras e Suprimentos declara que não foi encontrada ata de registro de preços do Município para o notebook, fl. 34.

Quatro, compulsando os autos, apreende-se o atendimento do artigo 72 da Lei 14133/21, para tanto constam as seguintes peças processuais: 01) memorando 37/21 da Gerência de Assistência Técnica pedindo a aquisição de 01 (um) notebook para otimização dos trabalhos desenvolvidos no Gabinete do Prefeito, com opção pela dispensa de Licitação nos termos da Lei 14.333/2021; 02) autorização do Secretário da Sictec; 03) termo de referência, com opção pela dispensa de Licitação nos termos da Lei 14.333/2021; 04) orçamentos das empresas Hightech Comércio e Serviços em Equipamentos de Escritório Ltda., Cnpj 06047382/0001-95, no valor total de R\$11.836,00, Rede Informática Ltda., de R\$12.229,00, e Genesys Distribuição, Cnpj 24971044/0001-27, de R\$12.294,00; 05) documentos e certidões negativas da Hightech Comércio e Serviços em Equipamentos de Escritório Ltda., Cnpj 06047382/0001-95; 06) pedido de compra 50/21, mapa de preços, estimativa de preços e nota de pré-empenho; 07) declaração de compatibilidade de preços e planilha de preços; 08) solicitações financeiras ns. 94772/21, de R\$11.560,00, e 94782/21, de



44

R\$276,00; justificativa da escolha do fornecedor; tudo conforme fls. 03/32.

Cinco, o artigo 75, II da Lei 14133/21 regula:

É dispensável a licitação:

...

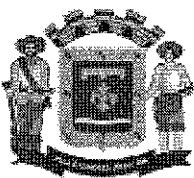
II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

...

A Gerência de Compras e Suprimentos da Sictec apresentou os seguintes orçamentos, fls. 08/10 e 36/37: Hightech Comércio e Serviços em Equipamentos de Escritório Ltda. ME, Cnpj 06047382/0001-95, no valor total de R\$11.836,00, Rede Informática Ltda., de R\$12.229,00, e Genesys Distribuição, Cnpj 24971044/0001-27, de R\$12.294,00.

Portanto, o valor de R\$11.836,00, apresentado pela Hightech Comércio e Serviços em Equipamentos de Escritório Ltda. ME, Cnpj 06047382/0001-95, é bem inferior ao teto máximo da Lei 14133/21, que é de R\$50.000,00 para os casos de dispensa de licitação no caso de outros serviços e compras.

Seis, quanto ao preço, vantajosidade e economicidade para a Prefeitura de Goiânia, a Gerência de Compras e Suprimentos da Sictec, uma vez realizada as cotações, emitiu a declaração de compatibilidade de preços, a planilha de preços e a justificativa da escolha do fornecedor, atestando que a melhor oferta foi da empresa Hightech Comércio e Serviços em Equipamentos de Escritório Ltda., Cnpj 06047382/0001-95, observando a Instrução Normativa 002/18 da CGM e a Lei 14133/21, fls. 08/10, 35/37.



Sete, no tocante à questão técnica, consta atesto do Gerente de Assistência Técnica da Sictec asseverando que a proposta da Hightech está conforme o Termo de Referência, fl. 08.

Oito, ressalva-se que, de agora em diante, caso a Administração Pública opte pela dispensa da licitação em razão do valor com base na Lei 14133/21, a Sictec deve cumprir o artigo 75, § 3º desta lei, pois esta contratação PREFERENCIALMENTE deve ser precedida de divulgação em sítio eletrônico, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias, de aviso com especificação do objeto pretendido e com a manifestação da administração em obter a proposta mais vantajosa.

Nove, a Hightech Comércio e Serviços em Equipamentos de Escritório Ltda. ME, Cnpj 06047382/0001-95, apresentou os documentos constitutivos, as certidões negativas, bem como a declaração que não possui em seu quadro de pessoal, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, fls. 11/20.

Dez, dentro do mesmo contexto, a Hightech é uma micro empresa, conforme documento de fls. 11/15, destacando que as dispensas fundadas, nos incisos I e II do artigo 75 da Lei 14133/21, deverão ser realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte, salvo se não encontrar tais empresas dispostas a contratar com a Administração, dentro das condições e preços considerados aceitáveis pela Administração Pública.

Onze, as solicitações financeiras ns. 94772/21, de R\$11.560,00, e 94782/21, de R\$276,00, fls. 30/32, suportam financeiramente a aquisição, devendo ainda ser providenciado o empenho pela Gerência de Execução Orçamentária e Financeira, estando



46

a validade do presente parecer condicionada à sua emissão e juntada nos autos.

Doze, preventivamente, a Advocacia manifesta ser ilegal o fracionamento das despesas cujos valores globais excedam o limite previsto para a dispensa de licitação, devendo ser observado o artigo 75, § 1º, I e II da Lei 14.433/21.

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo, deverão ser observados:

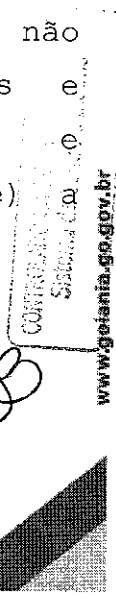
I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

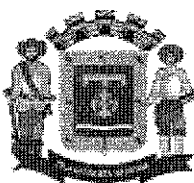
II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Portanto, o gestor público procederá o planejamento das necessidades da Sictec, definindo o que é previsível e o total de gastos com objetos da mesma natureza a ser contratado no mesmo exercício financeiro, evitando o indevido fracionamento das despesas.

Treze, por fim, a análise está vinculada aos aspectos jurídicos da regularidade processual da matéria proposta, não abraçando os aspectos técnicos, administrativos, econômicos e financeiros, que exigem o exercício de competência e discricionariedade administrativa (conveniência e oportunidade) cargo dos órgãos competentes.

Handwritten signature



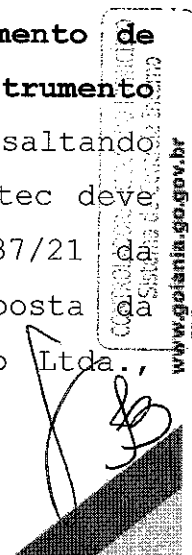


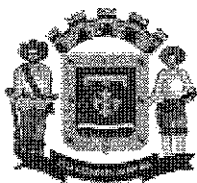
O presente parecer está vinculado nos elementos que constam no presente processo até agora, sendo meramente opinativa, ou seja, não vincula o administrador público que, motivadamente, pode discordar do teor da conclusão aqui exposta, conforme voto do Ministro Joaquim Barbosa no MS 24.631/DF.

Conclusão.

Dessa forma, a Advocacia Setorial da Sictec, excepcionalmente, manifesta a V. Sa.:

- a) que não existe óbice legal para a aquisição de 01 (um) notebook 210-AYMG-NBV26_ESDELL Microcomputador portátil, acompanhado de mochila e mouse, junto à Hightech Comércio e Serviços em Equipamentos de Escritório Ltda., Cnpj 06047382/0001-95, no valor total de R\$11.836,00, tudo nos termos das fls. 03/34;
- b) a excepcionalidade da manifestação tem por fundamento indicar que, de agora em diante, caso a Administração Pública opte pela dispensa da licitação em razão do valor com base na Lei 14133/21, seja cumprido pela Sictec o artigo 75, § 3º desta lei, pois esta contratação, PREFERENCIALMENTE, deve ser precedida de divulgação em sítio eletrônico, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias, de aviso com especificação do objeto pretendido e com a manifestação da administração em obter a proposta mais vantajosa.
- c) que o artigo 95 da Lei 14.333/21 permite que o instrumento de contrato seja substituído pela nota de empenho, ou outro instrumento hábil, que deverá ser emitido previamente à aquisição, ressaltando que a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira da Sictec deve fazer constar nela expressamente o contido no Memorando 37/21 da Gerência de Assistência Técnica, termo de referência, proposta da Hightech Comércio e Serviços em Equipamentos de Escritório Ltda.,





48

Cnpj 06047382/0001-95, pedido de compra 50/21, mapa de preços, estimativa de preços e nota de pré-empenho, tudo conforme fls. 03/37.

No presente processo, fica ressalvado o seguinte, que deve ser cumprido e observado pelas unidades competentes da Sictec:

a) publicação no DOM o despacho do Secretário dispensando a licitação, bem como juntado nos autos o empenho, estando a validade do presente parecer condicionada à juntada destes no presente processo;

b) deve ser providenciada a divulgação da presente aquisição no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo esta condição indispensável para a eficácia do contrato/empenho, devendo ocorrer no prazo de até 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, no caso de contratação direta;

c) cumprir também o artigo 4º do Decreto 3751/21, ou seja, disponibilização do presente ato de aquisição em sítio oficial da internet, observados os requisitos mínimos previstos no § 3º do artigo 8º da Lei Federal 12527/11.

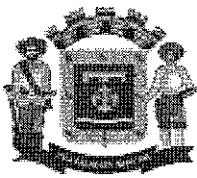
d) registro no Sistema de Contratos e Convênios (intranet);

e) cadastro da presente aquisição no site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás - TCM, em até (3) dias úteis a contar da publicação oficial, com respectivo upload do arquivo correspondente, de acordo com o artigo 3º da IN nº 012/2018 do TCM;

f) deve o gestor público proceder o planejamento das necessidades da Sictec, definindo o que é previsível e o total de gastos com objetos da mesma natureza a ser contratado no mesmo exercício financeiro, evitando o indevido fracionamento das despesas;

[Handwritten signature]





g) envio dos autos à Controladoria Geral do Município para certificação, salvo posterior orientação/instrução desta acerca da desnecessidade de remessa do processo cujo objeto seja a dispensa da aquisição/contratação em razão do valor.

É o parecer, s.m.j.

Luciano R. B. Costa

Praj 34/21

Fabiana Bernard
Fabiana Carla da Silva Bernard
Chefe da Advocacia Setorial

